

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de maio de 2020 às 07h55
Seleção de Notícias

Correiobraziliense.com.br | BR

Patentes

Investigadores do FBI acusam a China de tentar roubar pesquisas dos EUA 3

Radar Online - Veja.com | BR

13 de maio de 2020 | Pirataria

Deputado quer 30 anos de cadeia para quem falsificar remédios 5

Agência Estado - Broadcast | BR

13 de maio de 2020 | Patentes

**Carteira de pagamentos de criptomoedas e tecnologia Blockchain ID adotada por uma
plataforma de jogos de 20 milhões de usuários KAYBO.COM na América Latina 6**
PR NEWSWIRE BRASIL

Jota Info | DF

13 de maio de 2020 | Marco regulatório | INPI

Ministério da Saúde acelera processo de patente de medicamentos investigados para Covid-19 . . 8

Investigadores do FBI acusam a China de tentar roubar pesquisas dos EUA



(foto: AFP / ANDREW CABALLERO-REYNOLDS)

Autoridades dos Estados Unidos alertaram cientistas e organizações envolvidos em estudos sobre a covid-19 de que hackers "afiliados à República Popular da China" têm buscado "identificar e ilicitamente obter dados valiosos de saúde pública e de propriedade intelectual relacionados a vacinas, tratamentos e testagens de redes e de pessoal associado à pesquisa" ligada ao novo coronavírus. Em nota, o FBI - a polícia federal norte-americana - e a Agência de Segurança em Infraestrutura e Cibersegurança (CISA, pela sigla em inglês) também ressaltaram que "o roubo potencial dessa informação compromete a entrega de opções de tratamento seguras, eficazes e eficientes". O FBI admitiu que investiga "atores cibernéticos e informantes não tradicionais afiliados à República Popular da China". "O FBI e a CISA exortam todas as organizações que realizam pesquisas nessas áreas a

manterem práticas dedicadas de segurança cibernética para impedirem a revisão ou o roubo clandestino de material relacionado à covid-19", afirma o comunicado, que cita os setores de pesquisa, farmacêuticos e de atenção à saúde.

Segundo as duas entidades, os esforços da China representam "uma ameaça significativa à resposta de nossa nação à covid-19. O governo do presidente Donald Trump acusa hackers, pesquisadores e estudantes de terem sido ativados para roubar informações de dentro dos institutos universitários ou laboratórios públicos em que trabalham. Pequim não fez novos comentários sobre as denúncias de Washington. Na segunda-feira, depois que as suposições sobre o envolvimento de hackers ganharam força, o Ministério das Relações Exteriores chinês divulgou uma nota. "Somos líderes mundiais na pesquisa de tratamento e vacinas da covid-19. É imoral fazer da China um alvo de rumores e difamação sem nenhuma evidência." O alerta do FBI e da CISA é mais um elemento de tensão na relação entre os Estados Unidos e a China. Ontem, em mensagem polêmica e considerada xenofóbica, publicada no Twitter, Trump tornou a atacar os chineses.

"Como tenho dito por muito tempo, lidar com a China é algo muito oneroso para mim. Nós acabamos de fazer um grande acordo comercial, a tinta estava quase seca e o mundo foi atingido pela Praga da China", afirmou. Na segunda-feira, Trump respondeu de forma errática a uma pergunta sobre se hackers chineses estariam atentos às pesquisas dos EUA sobre uma vacina. "O que mais há de novo? Diga-me. Não estou feliz com a China", disparou. Professor de medicina da Universidade Johns Hopkins e da Universidade Georgetown, Lawrence O. Gostin disse que as denúncias precisam ser levadas a sério. "A China tem se engajado no roubo de dados científicos e tecnológicos dos EUA desde há muito tempo. Essas invasões encaixam-se num padrão", admitiu. Segundo ele, Pequim e Washington acusam-se mutuamente e falham em cooperar para resolver "uma crise de saúde

Continuação: Investigadores do FBI acusam a China de tentar roubar pesquisas dos EUA

de pública de enorme magnitude". "A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi apanhada no meio dessa tempestade.

A batalha política entre norte-americanos e chineses tornará mais difícil combater a pandemia e custará vidas, inclusive dos dois lados", acrescentou. Até o fechamento desta edição, o mundo contabilizava 4,3 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 296,5 mil mortes - nos Estados Unidos, são 1,3 milhão de casos e 83,7 mil mortes; a China registrou 84.021 contágios e 4.637 mortes. Os números chineses foram contestados pelo próprio Trump, que também acusou Pequim de esconder a origem do vírus e de não cooperar com os EUA ou outros países nos esforços para controlar a doença. No último dia 6, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, disse que o novo coronavírus surgiu em um laboratório chinês, apontou para "evidências disso". "Não temos certeza, mas há evidência significativa de que isto veio do laboratório. Estas duas afirmações podem ser verdadeiras", comentou, referindo-se ao Instituto de Virologia de Wuhan, na cidade de mesmo nome - foco da pandemia, na região central da China. "O povo americano ainda está em risco porque não sabemos se começou no laboratório ou se começou em outro lugar." De acordo com a agência de notícias France-Presse, o alerta das autoridades policiais e de segurança cibernética dos EUA partiu do objetivo do presidente chinês, Xi Jinping, de tornar a China líder mundial em tecnologia. Antecedentes de suspeitas existem. Em fevereiro passado, Washington processou quatro soldados chineses por supostamente invadirem a agência de classificação de crédito Equifax e capturar dados privados de 145 milhões de americanos. Jilin reimpõe confinamento

a 4 milhões de pessoas. Depois do registro de novos casos de coronavírus, a cidade de Jilin (nordeste da China) tornou a impor o confinamento parcial de seus 4 milhões de habitantes, aumentando o medo de uma segunda onda da epidemia no país. Desde o fim da quarentena em 8 de abril em Wuhan (centro), cidade onde o vírus surgiu no fim de 2019, a situação volta gradualmente ao normal na China, embora alguns lugares continuem aplicando medidas draconianas de prevenção.

Na vasta comuna de Jilin, na província de mesmo nome, na fronteira com a Coreia do Norte, o transporte público foi suspenso, e seus habitantes foram proibidos de sair sem terem sido submetidos a testes de detecção do coronavírus nas últimas 48 horas. As escolas, que haviam reaberto, voltaram a fechar, assim como estabelecimentos públicos, como cinemas, academias, cafés e parques. As farmácias devem comunicar às autoridades os nomes daqueles que compram analgésicos e medicamentos antivirais, alertou o gabinete do prefeito nas mídias sociais. A situação "é extremamente séria e complicada", reconheceu um vice-prefeito de Jilin, que se referiu a "um risco de maior disseminação" do coronavírus. "Eu acho... O presidente Donald Trump não tem boas evidências de que o vírus causador da covid-19 se originou em um **laboratório** de Wuhan, na província de Hubei (centro da China). O consenso esmagador da opinião científica é o de que o vírus foi um evento de ocorrência natural." Lawrence O.

Gostin, professor de medicina da Universidade Johns Hopkins e da Universidade Georgetown (Estados Unidos).

Deputado quer 30 anos de cadeia para quem falsificar remédios



entre 10 e 15 anos de reclusão. O deputado defende um prazo maior, entre 20 e 30 anos, além de multa.

O texto foi apresentado pelo parlamentar em plenário na semana passada e agora segue para discussão.

Hoje a pena para os infratores vai de 10 a 15 anos de prisão. Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Evandro Éboli, Mariana Muniz e Manoel Schlindwein. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

Penas mais severas para quem falsificar medicamentos, é o que propõe o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS) no projeto de lei 2605/2020.

A proposta é alterar o Código Penal Brasileiro a fim de intensificar as penalidades para quem cometer os crimes de "**falsificação**, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais".

A legislação em vigor, de dezembro de 1940, prevê

Carteira de pagamentos de criptomoedas e tecnologia Blockchain ID adotada por uma plataforma de jogos de 20 milhões de usuários KAYBO.COM na América Latina

PR NEWSWIRE BRASIL



Carteira de pagamentos de criptomoedas e tecnologia Blockchain ID adotada por uma plataforma de jogos de 20 milhões de usuários KAYBO.COM na América Latina. A FHL Games, publisher líder em jogos e entretenimento na América Latina, forma parceria com a Coinplug, empresa líder global em **patentes** de tecnologia blockchain, para lançar o serviço de pagamento móvel baseado na tecnologia Blockchain ID 'KAYBO KEEPIN' para 20 milhões de jogadores Kaybo.com na América Latina.

PR Newswire

SEUL, Coreia do Sul, 13 de maio de 2020

SEUL, Coreia do Sul, 13 de maio de 2020 /PRNewswire/ -- A empresa líder na publicação de conteúdos para jogos e entretenimento na América Latina, FHL Games, anunciou que está lançando um serviço de autenticação de usuário e pagamento digital baseado em tecnologia blockchain, 'KAYBO KEEPIN', na Google Play Store.

A FHL Games Co. LTD, criada em 2008, opera o serviço de publicação de conteúdo de jogos e entretenimento, no site KAYBO.COM, que é apreciado por mais de 20 milhões de usuários em 25 países da região da América Latina, incluindo México, Brasil e Peru. A FHL Games publica e distribui jogos globais populares, como Point Blank, Special Force, Gunz, MU e PINs do jogo PLAYE-RUNKNOWN'S BATTLEGROUNDS (PUBG) pa-

ra Steam. A empresa em 2020 também adquiriu o direito de publicar Game of Thrones, um jogo criado com base na popular série de TV da HBO e League of Angels 3.

Por meio do KAYBO KEEPIN, a FHL Games fornece gerenciamento de acesso ao usuário de forma segura e conveniente e serviço de pagamento digital para seus usuários do KAYBO.COM. Os recursos de gerenciamento de acesso à identidade da KAYBO KEEPIN incluem sistema de autenticação de dois fatores, registro simples de serviço e login sem senha. Além disso, ele suporta a compra, o envio e a troca de K-coin, a moeda de jogo usada no Kaybo.com, integrada a 120 canais de pagamento locais e criptomoedas baseadas no ERC20, como Ethereum (ETH), Latam Cash (LMCH) e Metadum Token (META). Agora, os 20 milhões de usuários do KAYBO.COM podem gerenciar com segurança e conveniência suas contas e ativos de jogos em seus telefones celulares.

A principal tecnologia de blockchain que a KAYBO KEEPIN usa é a 'Identidade Descentralizada (DID)', conhecida pela fundação do sistema de identidade auto-soberana (SSI), que visa fornecer poder e responsabilidade para compartilhar acesso e controle de informações pessoais nas mãos do indivíduo. Os usuários do KAYBO KEEPIN poderão ter total propriedade e controle seguro de suas informações pessoais em seu próprio dispositivo móvel vinculado à sua própria assinatura biométrica ou códigos PIN. O KAYBO KEEPIN DID é construído na plataforma pública de blockchain, chamada Metadium, que foi co-desenvolvida entre as tecnologias da Coinplug e Metadium em 2018.

Continuação: Carteira de pagamentos de criptomoedas e tecnologia Blockchain ID adotada por uma plataforma de jogos de 20 milhões de usuários KAYBO.COM na América Latina

Para o desenvolvimento do serviço, a FHL Games firmou parceria com a principal desenvolvedora de tecnologia blockchain da Coreia do Sul, a Coinplug, uma das mais antigas e influentes empresas de tecnologia blockchain da Coreia do Sul. Fundada por ex-engenheiros da Cisco Systems, a Coinplug é a empresa com mais **patentes** de blockchain do mundo, reconhecida em outubro de 2019 pela Harrity & Harrity, uma empresa de **patentes** líder no Estados Unidos. Em termos de pedidos de **patentes**, estamos entre as 10 principais empresas do mundo. A Coinplug está administrando diversos negócios e projetos de blockchain nacional e internacionalmente, com organizações como a cidade de Busan, serviços postais nacionais da Coreia, Agência de Segurança na Internet da Coreia, Hyundai Card e SK Telecom.

"A tecnologia blockchain e as criptomoedas têm um grande potencial para desempenhar um papel muito importante para impulsionar a inovação de serviços financeiros subdesenvolvidos na América Latina." disse Chul Jeong, CEO da FHL Games, "E, especialmente para a indústria de jogos, onde ID virtual, pagamento digital e negociação de ativos foram adotados em grande escala, a tecnologia blockchain pode ser rapidamente aceita pelos usuários e ajudar a

criar um ecossistema mais saudável e seguro."

Referência

Sites FHL Games: https://www.fhlgames.com/eng_n / [Coinplug: www.coinplug.com](https://www.coinplug.com)
KAYBO KEEPIN: www.kaybokeepin.com
KAYBO.COM: www.kaybo.com

KAYBO KEEPIN Baixar do Google Play <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.coinplug.1>
atamkeepin FHL Games: dannykim@fhlgames.com
Born2Global Centre: jlee@born2global.com

Foto - https://mma.prnewswire.com/media/1167580/image_819222_17182761.jpg

FONTE Born2Global Centre

Broadcast Imagem

Ministério da Saúde acelera processo de patente de medicamentos investigados para Covid-19



Crédito: Divulgação Jair Bolsonaro, presidente da República / Crédito: Marcos Corrêa/PR



Foto: Marcos Corrêa/PR

pedidos de patente dos medicamentos Remdesivir, Tocilizumabe, Sarilumabe (Kevzara) e Favipiravir, investigados para o tratamento da Covid-19. Após avaliação do **INPI**, nesta terça-feira (12/5), a prioridade foi concedida para 46 pedidos, todos de titulares estrangeiros, feitos entre outubro de 2017 e março de 2020.

O **INPI** afirma que a patente, que dá ao detentor exclusividade para a exploração do produto pelo prazo máximo de 20 anos, incentiva o investimento em inovação no país.

No caminho oposto, parlamentares propõem, como forma de ampliar o acesso à prevenção e ao tra-

tamento do coronavírus, a possibilidade de licença compulsória temporária para terceiros. É uma forma de pressionar o governo pela "quebra de patente" durante períodos de emergência, para evitar que o Sistema Único de Saúde (SUS) fique refém de uma produção concentrada.

Fontes da área da saúde relataram ao JOTA que, no cenário internacional, o Brasil está atrasado e pode ficar de mãos atadas quando o tratamento para a Covid-19 for encontrado, já que a maioria dos países investe em estoques de medicamentos testados. A leitura é que o governo brasileiro não quer estimular novas bandeiras, como ocorre no caso da cloroquina, e por isso tem sido discreto nas ações.

O Ministério da Saúde foi procurado diversas vezes desde a última semana, mas não deu respostas sobre as movimentações que tem coordenado para se precaver em caso de comprovação de eficácia de algum tratamento, tampouco informou se mantém contato com os fabricantes dos medicamentos em fase de testes.

No caso do Remdesivir, por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem divulgado informações sobre a aproximação com a farmacêutica Gilead Sciences. O uso do medicamento foi autorizado pela agência reguladora dos Estados Unidos para tratamento de doentes hospitalizados com Covid-19 no início do mês. O ministro Nelson Teich, em coletiva de imprensa na última segunda-feira (11/5), chegou a citar o Remdesivir como o medicamento mais promissor em estudo.

Como a droga não possui nem mesmo registro sanitário no país, o ministério deveria assumir a negociação para a empresa submeter o produto à agência reguladora. A Anvisa garante que, caso haja essa solicitação, possui mecanismos para garantir a

Continuação: Ministério da Saúde acelera processo de patente de medicamentos investigados para Covid-19



Sem citar o Brasil, Calderón afirmou que mensagens como "é só uma gripe, o que posso fazer?" não ajudam em nada. Crédito: YouTube

liberação do medicamento.

A agência já informou que, em reunião no dia 6 de maio, a Gilead sinalizou que o plano global de submissão para Remdesivir, que inclui o Brasil, está em fase de discussão interna.

Tramitação prioritária de patente

A pasta pediu prioridade em 62 pedidos de patente, vindos dos Estados Unidos, Japão, China, França, Inglaterra e Alemanha: dois para Remdesivir; 49 para Tocilizumabe; oito para Sarilumabe (Kevzara); e três para Favipiravir. Os pedidos mais recentes, de 2020, foram para Tocilizumabe e Sarilumabe.

A solicitação foi feita no dia 6 de abril pelo ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Denizar Vianna, em ofício destinado ao presidente do **INPI**, Cláudio Vilar Furtado, com base no artigo 13 da Resolução **INPI/PR** 239/2019. O dispositivo faculta ao ministério solicitar o exame prioritário dos pedidos de patente referentes a produtos e processos farmacêuticos estratégicos para o SUS.

Além dos 46 pedidos considerados prioritários pelo **INPI**, cinco ainda precisam de documentação adicional para análise e oito foram negados, sendo sete deles porque já estavam arquivados e um porque já era prioritário - todos esses para o Tocilizumabe. O Favipiravir já possui um registro de patente no Brasil, com validade até 2023.

Os medicamentos que já possuem prévia anuência da Anvisa - uma avaliação se o produto apresenta risco à saúde, que faz parte do processo de concessão pública - saem da fila e vão direto para a análise dos examinadores de patentes. Os demais ainda precisam passar pelo crivo da agência reguladora para retornarem ao **INPI** e seguirem o trâmite com prioridade. O Remdesivir, único da lista que teve a realização de ensaio clínico no Brasil divulgada, aguarda a prévia anuência.

Historicamente, o **INPI** não consegue, por conta do quadro reduzido, avaliar o volume de solicitações recebidas. Em 2019, o órgão iniciou um programa para diminuir o tempo de resposta. No mês de maio, o backlog chega a 111.287 pedidos de patente em diferentes fases de tramitação e áreas tecnológicas, sendo a indústria química a que mais concentra pedidos. Desse total, 5.909 estão aguardando prévia anuência da Anvisa.

A Anvisa informou que recebeu uma mensagem do **INPI** na segunda-feira (11/5) sobre o cenário e que os pedidos de patente priorizados que se encontram na agência já estão em análise, mas não detalhou quantos são.

Corrida contra a Covid-19

A diretora de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do **INPI**, Liane Lage, afirma que a prioridade nos pedidos de patente ajuda na busca por tratamentos para a Covid-19. "A corrida é muito grande porque é uma corrida para salvar o mundo. O desenvolvimento de uma molécula pode demorar 10 anos. Dentro de um banco de mo-

Continuação: Ministério da Saúde acelera processo de patente de medicamentos investigados para Covid-19

lécuas mundial, certamente haverá uma melhor para a Covid", afirmou.

De acordo com a diretora, o momento mostra que o Brasil é um país tecnologicamente dependente, mas pode servir como um estímulo à inovação. Nesse sentido, a avaliação é que a concessão de propriedade industrial é uma moeda de troca.

Quando o governo reconhece a patente de uma molécula, o inventor é obrigado a divulgar sua forma de obtenção à sociedade. Posteriormente, há possibilidade de realização de pesquisas e novos pedidos de registro por terceiros. Enquanto a patente estiver em vigor, seu uso deve ser negociado com o titular.

"Não podemos vivenciar uma situação dessa natureza sendo dependentes de outros países. Hoje, se a Índia e a China não nos fornecerem os insumos, talvez não possamos fabricar nem os medicamentos mais comuns. Essa pandemia nos abre uma janela para buscar inovação a partir de agora. Para ontem. Por isso, acho que o sistema de propriedade industrial pode ser muito importante. Se você não incentiva essa inovação, você vai ficar dependente de quem? Nos outros países, há os registros", concluiu.

Licença compulsória

No início do mês de abril, deputados atuantes na área da saúde protocolaram na Câmara o PL 1462/2020. O projeto altera o artigo 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, conhecida como Lei da Propriedade Industrial, para tratar de licença compulsória nos casos de emergência nacional decorrentes de declaração de emergência de saúde pública de importância nacional ou de importância internacional.

O texto diz que a medida é aplicável quando o titular da patente ou pedido de patente não puder atender a necessidade do país. Se aprovada, essa licença compulsória terá vigência enquanto durar a situação de emergência e valerá para tecnologias como vacinas,

medicamentos, diagnósticos, dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual, entre outros.

Na proposta, o fornecedor que produzir o produto licenciado deverá repassar 1,5% do preço de venda ao poder público ao titular da patente. Em caso de pedido em andamento, o pagamento será feito assim que houver a concessão da licença pelo **INPI**. Cabe ao titular da patente fornecer todas as informações para a produção e ao governo, e proteger as informações contra concorrência desleal.

O **INPI** terá a função de publicar a relação de patentes e pedidos de patente e anotar a concessão da licença compulsória na medida em que for identificada a possibilidade de uso do produto na situação de emergência em saúde.

Um dos autores do projeto de lei, o deputado Alexandre Padilha (PT-SP), ministro da Saúde entre 2011 e 2014, criticou a interferência da pasta para acelerar os registros de patente dos medicamentos investigados para a Covid-19.

"Muito estranha a decisão, como tem sido estranho o posicionamento do ministro. Nesse momento, o Ministério da Saúde deveria estar preocupado no acesso da população a esses medicamentos. Tinha que estar preocupado com a possibilidade de esses medicamentos poderem ser registrados pelo maior número possível de produtores. Essa atitude pode tornar o Brasil ainda mais dependente caso seja comprovada eficácia no tratamento", afirmou.

Questionado em audiência na Câmara dos Deputados na última semana, o ministro Nelson Teich afirmou que a licença compulsória seria responsabilidade do Legislativo.

"Isso é uma coisa que já está acontecendo, uma coisa que depende do Congresso. A gente tem os recursos garantidos para a compra. Isso está empenhado. A gente trabalha com o pessoal da Economia sobre a entrada de recursos para fazer as compras, empenhos, o

Continuação: Ministério da Saúde acelera processo de patente de medicamentos investigados para Covid-19

que for necessário para a gente ajudar a sociedade", respondeu.

Padilha afirma que, com base na Lei da Propriedade Industrial, o Brasil já pode decretar o licenciamento compulsório, como fez no combate ao HIV. O objetivo do projeto, então, é acelerar esse processo.

"O Executivo não precisa do Congresso para emitir o licenciamento compulsório. O que o Congresso está fazendo é exatamente construir o licenciamento porque temos a inação, a pouca atividade do governo brasileiro. Vamos trabalhar para que o Congresso brasileiro faça como Alemanha, Israel, do Canadá, da Colômbia fizeram", disse.

O presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), Nelson Mussolini, avalia que a aprovação do projeto pode ser prejudicial porque a legislação já contempla esse mecanismo. "Ampliar seu escopo, além de desnecessário, trará uma grande insegurança jurídica", afirmou.

O requerimento de urgência para a tramitação do PL 1462/2020 teve aprovação de deputados do PT, Cidadania, PSB, PDT, Republicanos, PCdoB, PSDB e pelo líder do bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, Solidariedade, PTB, Pros e Avante.

Força-tarefa indiana

Interlocutores na indústria também estranham a inação do governo quanto à criação de um programa de

monitoramento de estoques de possíveis medicamentos contra a Covid-19. A Índia, fornecedora mundial de insumos, estabeleceu uma força-tarefa de controle de prontidão com 19 esquemas de tratamento, entre eles a hidroxiquina, o Remdesivir, o tocilizumabe e o favipiravir.

Uma tabela apresentada pelo grupo resume a preocupação com o monitoramento dos estoques e com a resposta do governo indiano caso algum dos tratamentos tenha eficácia comprovada. A força-tarefa classifica com notas de 1 a 5 quesitos como resultados pré-clínicos, efeitos colaterais e capacidade de suprimento pela indústria farmacêutica local.

Segundo a força-tarefa, o tocilizumabe e o favipiravir são consideradas as drogas mais promissoras no tratamento contra o coronavírus, tendo alcançado 73% no índice criado pelo grupo, que não explora a eficácia do Remdesivir por falta de dados mais robustos.

Por aqui, o Ministério da Saúde publica os chamados informes diários de evidências, com resumo de estudos publicados em todo o mundo, de acordo com a sua classificação metodológica (revisões sistemáticas, ensaios clínicos randomizados, entre outros). No entanto, não há qualquer indicativo sobre monitoramento de insumos e estoques.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 6

Pirataria

5

Marco regulatório | INPI

8